

Câmara Municipal de Pelotas  
Documento Protocolado  
Sob Nº 0374  
Em 19/01/16  
Responsável [assinatura]



Câmara Municipal de Pelotas-19-Jan-2016-11:04-000374-1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 15 de janeiro de 2016.

**MENSAGEM Nº 001/2016.**



Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, que institui no Município de Pelotas o Fundo Municipal de Segurança Pública – FMSP.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Ademar Fernandes de Ornel**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
**Pelotas- RS.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI**

*Cria o Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP, e dá outras providências.*

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.  
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

**CAPÍTULO I  
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Art. 1º** Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública – FMSP – que integrará a estrutura organizacional do Gabinete do Prefeito Municipal, dotado de autonomia administrativa e financeira e destinado ao custeio, manutenção e ao financiamento de ações referentes à política Municipal de Segurança Pública.

**§ 1º** – Será de competência do Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, composto nos termos da Lei Municipal nº 5.828, de 15 de agosto de 2011, a gestão dos recursos do fundo, tendo sua aplicação definida por deliberação da maioria simples dos membros presentes.

**§ 2º** - Os recursos do FMSP, também, poderão ser utilizados em projetos de iniciativa de entidades públicas municipais, estaduais ou federais, que tenham por objetivos a formação, treinamento e aperfeiçoamento dos agentes de segurança com o desempenho de atividades no município de Pelotas.

**§ 3º** - Será vedado à destinação de recursos do FMSP para atender despesas com pessoal, incluindo salários, gratificações, adicionais ou complementação salarial a servidores públicos, bem como, com despesas de custeio, manutenção de órgãos ou entidades estranhas à finalidade desta lei; exceto bolsa-auxílio a policiais civis ou militares, em decorrência de convênios ou contratos, com emprego na área de segurança pública.

**§ 4º** - O custeio das despesas operacionais e administrativas, vinculadas às ações decorrentes desta lei, correrão por conta de recursos do Fundo, devidamente comprovado.

**§ 5º** - Os recursos do FMSP não poderão ser contingenciados em função de serem sustentáculos na prestação de serviços de pronto atendimento e de emergência, visando a salvaguarda urgente da vida e do patrimônio de cidadãos residentes no Município de Pelotas.

*Am*

## **CAPÍTULO II DOS RECURSOS CONSTITUTIVOS DO FUNDO**

**Art. 2º** - Constituem recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública:

**I** - dotação orçamentária e transferência do Município, Estado, União e/ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, destinados à área de segurança pública;

**II** - doações, auxílios, contribuições, subvenções, legados e transferências de entidades nacionais ou internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

**III** - receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

**IV** - saldos e outras receitas que venham a ser legalmente constituídas;

**V** - Transferência de recursos oriundos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único - Os recursos que compõe o FMSP deverão ser depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial e específica sob a denominação "Fundo Municipal de Segurança Pública FMSP."

## **CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

**Art. 3º** - A Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira será responsável pela arrecadação, efetivação e inclusão dos recursos do FMSP, inclusive, pela movimentação financeira, nos termos desta lei, e prestará contas ao Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, anualmente, ou, extraordinariamente, ao final de cada exercício na conformidade da legislação vigente aplicável.

**§ 1º** - Mensalmente, e sempre que for necessário ou solicitado, a Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira (SGAF) fornecerá ao Grupo de Coordenação, as disponibilidades financeiras existentes, para fins de planejamento e aplicação, através de extrato das receitas e despesas.

**§ 2º** - Os procedimentos licitatórios necessários em decorrência da aplicação dos recursos do FMSP, em face das ações voltadas ao objeto da presente norma, deverão ser elaborados e presididos pelo setor próprio desta Secretaria, mediante requisição do Grupo de Coordenação, na forma da lei.

## **CAPÍTULO IV DO GRUPO DE COORDENAÇÃO**

**Art. 4º** - A coordenação do FMSP será exercida por:

**I** - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;

**II** - 01 (um) representante da Delegacia Regional da Polícia Civil;

**III** - 01 (um) representante do 4º Batalhão de Polícia Militar;

**IV** - 01 (um) representante da Secretaria de Justiça Social e Segurança;

**V** - 01 (um) representante da Delegacia Penitenciária Regional;

**VI** - 01 (um) representante indicado pelo GGI-M;

**VII** - 01 (um) representante da Polícia Rodoviária Federal.



**§ 1º** - Compete ao Grupo Coordenador do FMSP as seguintes atribuições:

- I** – elaborar o plano de metas e aplicação dos recursos do Fundo, fixando prioridades, de conformidade com a previsão orçamentária e saldo existente;
- II** – organizar o cronograma financeiro de receita e despesas do Fundo;
- III** – acompanhar e executar o plano e aplicação dos recursos;
- IV** – propor ao Pleno a fixação de diretrizes, adequações ou a extinção do Fundo.

**§ 2º** - Dentre os membros do Grupo de Coordenação deverão ser eleitos 01 (um) Presidente e 01 (um) um Secretário, com substitutos, tendo-os a incumbência de gerirem e coordenarem todas as ações e iniciativas decorrentes da presente lei, inclusive, convocarem as reuniões deliberativas, consultivas e decisivas, de tudo lavrando ata, com uma via encaminhada a Secretaria encarregada pela prestação de contas.

**§ 3º** - Incumbe aos membros eleitos à compilação de toda a documentação necessária a demonstração financeira, encaminhando, mensalmente, e de acordo com as despesas, ao setor encarregado pelos demonstrativos de prestação de contas.

**§ 4º** - Os componentes do Pleno ou do Grupo de Coordenação não serão remunerados, em contraprestação aos serviços prestados.

## **CAPÍTULO V DA COMPETÊNCIA DO PLENO**

**Art. 5º** - Compete ao Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), perante o Fundo Municipal de Segurança Pública Municipal as seguintes atribuições:

**I** – representar o Município junto aos órgãos responsáveis pela Segurança Pública em todos os níveis políticos;

**II** – propor às autoridades da área de Segurança Pública a adoção de medidas visando a prevenção, repressão e resolução com fundamento nos delitos ocorridos na área do Município de Pelotas;

**III** - apreciar e deliberar sobre o plano de metas e aplicações dos recursos do Fundo, formulado pelo Grupo de Coordenação;

**IV** – fixar diretrizes e apreciar as formuladas, visando à máxima eficiência, adequação e aproveitamento dos recursos destinados ao FMSP, nas ações e políticas de segurança pública na esfera municipal.

**V** – formular metas visando à aplicação dos recursos do Fundo, em substituição ou alteração as prioridades em apreciação, se assim entender;

**VI** – deliberar sobre a previsão orçamentária do Fundo, visando progressão dos recursos;

**VII** - deliberar sobre a alteração ou extinção do FMSP, por provocação ou por iniciativa própria.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º** - O Fundo Municipal de Segurança Pública terá vigência por tempo indeterminado e, em caso de extinção os bens e direitos remanescentes serão destinados ao patrimônio do Município de Pelotas, na forma da lei.

**Art. 7º** - Os bens imóveis e os permanentes adquiridos com recursos do FMSP serão incorporados ao patrimônio do Município de Pelotas.

**Art. 8º** - O Regimento Interno do FMSP será regulamentado por decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 90 dias.

*com*

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10** – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 15 de janeiro de 2015.

  
**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

**Nadison Hax**  
Chefe de Gabinete

## **J U S T I F I C A T I V A**

A criação do FMSP deve-se ao fato de que inexistente, na estrutura administrativa e financeira da Prefeitura Municipal, qualquer sustentação formal destinada ao custeio, manutenção e financiamento de ações relacionadas à Política de Segurança Pública do Município de Pelotas.

A criação, dotação financeira e implantação do Fundo permitirá maior e melhor utilização dos recursos alocados em projetos de interesse e relevância para a área, quer de entidades públicas municipais quanto estaduais e federais, mormente no tocante à formação, treinamento e qualificação dos agentes públicos de segurança que desempenham suas atividades profissionais em Pelotas.

A existência do FMSP também emprestará visibilidade e agilidade em eventos que requeiram ações ou serviços de pronto atendimento e emergência, em especial quando se tratar da salvaguarda urgente da vida e do patrimônio das pessoas residentes no Município de Pelotas.